

1. A POPULAÇÃO

A população é o conjunto de pessoas que residem em determinado lugar, território, que pode ser uma cidade, um Estado, um país ou mesmo o planeta como um todo. Ela pode ser classificada segundo sua região, nacionalidade, local de moradia (urbana e rural), atividade econômica (ativa ou inativa) e tem seu comportamento e suas condições de vida retratados através de indicadores sociais – taxas de natalidade, mortalidade, expectativa de vida, índices de analfabetismo, participação na renda, etc. (Adaptado de SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **GEOGRAFIA: Espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 1999, p. 334.).

MÚLTIPLOS SENTIDOS

Ao termo população, normalmente é associada a palavra **Povo**, que provém do latim **populus**.

Naquele idioma, o vocábulo tem várias significações embora todas ligadas a um só sentido central ou fundamental.

É assim que, - conforme a frase, -

populus admite as seguintes traduções: *conjunto de cidadãos de Roma* (com exclusão do senado); *massa*, ou *multidão*; *plebe* ou *populaça*; *público* ou *grande agrupamento de pessoas*; *população de um território*; *nacão*, *país*, *região*.

Passando para a língua portuguesa, **Povo** conservou boa parte das significações do originário **populus**. (MUSSUMECI, Victor. **Organização social e política brasileira**: elementos de educação moral, social e cívica. São Paulo: Ed. do Brasil, 1975, p. 27 – 28).

O termo Povo, no sentido restrito, também pode designar:

- conjunto de pessoas que vivem num aglomerado urbano de pequenas proporções (aldeia, vila, lugarejo): “o povo da beira do rio”;
- massa popular anônima, turba, multidão;
- parte mais humilde e simples de uma população (a que reside em bairros populares, a que compõe e canta a música popular, a que forma a chamada alma do povo, etc.).

POPULAÇÃO:

Matematicamente população pode ser o conjunto, o todo.

Em Estatística o termo população refere-se ao universo, ao total de uma pesquisa. Quando se fala em população está querendo se designar o todo. Quando se estuda apenas uma parcela de elementos diz-se que se trata de uma amostra.

Biologicamente população pode ser o conjunto de animais e até mesmo vegetais.

No sentido político Povo quer dizer:

- a população do Estado;
- ou seja, o conjunto de criaturas humanas que obedecem às mesmas leis, constituindo, por isso, a sociedade política que forma o Estado;
- ou mais simplesmente, o elemento humano de um Estado.

(MUSSUMECI, Victor. **Organização social e política brasileira:** elementos de educação moral, social e cívica. São Paulo: Ed. do Brasil, 1975, p. 27 – 28).

É importante que não se confunda *Povo* ou *população* com ***Nação***. Nação é mais do que um povo, pois compreende uma sociedade de indivíduos que possuem a mesma cultura, tradições e ideais. Nem sempre um povo forma uma nação. Para que a nação exista é preciso que os indivíduos que nela toma parte se sintam ligados pelo que se chama de amizade cívica. Desse modo, a população de um país pode conter várias nações, como é o caso de diversos países da África, Brasil, etc. (Adaptado de MUSSUMECI, Victor. **Organização social e política brasileira:** elementos de educação moral, social e cívica. São Paulo: Ed. do Brasil, 1975, p. 27 – 28 e SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **GEOGRAFIA:** Espaço geográfico e globalização. São Paulo: Scipione, 1999, p. 334.).

Pode-se perceber que os estudos de população, do povo, das nações e das sociedades em geral são arbitrários, atendendo a interesses e objetivos que levam em conta os mais variados critérios. Dessa forma, tornam-se estudos e regionalizações subjetivos.

1.1 CONCEITOS DEMOGRÁFICOS

Alguns conceitos básicos nos são necessários para melhor analisarmos, estudarmos e entendermos as dinâmicas populacionais:

- **população absoluta:** número total de habitantes de uma determinada área.

- **População relativa:** igual à *densidade demográfica*, ou seja, relação entre o total de habitantes de uma determinada área. Calcula-se a *densidade demográfica* (população

relativa) dividindo-se o número da *população absoluta* pela área. Veja o exemplo

$$\text{taxa de mortalidade:} \\ = \frac{\text{morte/ano} \times 1.000}{\text{população absoluta}} \\ \text{área}$$

prático abaixo:

cidade de Porto Alegre:

população: 1.428.696 hab.
área: 497 km²

$$D = \frac{1.428.696}{497}$$
$$D = 2.874,63 \text{ hab/km}^2$$

- **taxa de natalidade:** quociente entre o número de nascidos vivos em um ano civil e a população total no meio do ano civil. Representa a frequência com que ocorrem os nascimentos em uma população.

$$\text{taxa de natalidade:} \\ = \frac{\text{nascimento/ano} \times 1.000}{\text{população absoluta}}$$

- **taxa de mortalidade:** quociente entre o número de óbitos ocorridos durante um ano civil e a população total no meio do ano civil.

Representa a frequência com que ocorrem óbitos em uma população.

A ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIAIS:

No planeta, nos diferentes Estados, é bastante comum que uma nação esteja dividida em dois ou mais países, “compartilhando” o território com outras nações, o que comumente termina em divergência de interesses e sérios conflitos. Essa é, normalmente a base dos genocídios, que freqüentemente assola a África, provocam os movimentos separatistas europeus, - ex-Iugoslávia, Extinta União Soviética, etc.

É importante ressaltar ainda que uma dada população, mesmo que as pessoas tenham idéias comuns e formem realmente uma nação, há grandes contrastes no que se refere à participação dos habitantes na renda nacional, ou seja, existem as classes sociais, e daí surge a necessidade da ação do Estado para intermediar os conflitos de interesses. Em países desenvolvidos, as diferenças econômicas são atenuadas através do acesso da população de baixa renda a sistemas políticos eficientes de saúde, educação, transporte, moradia e lazer, o que é possível graças a um sistema tributário de cunho distributivo. Já nos países subdesenvolvidos, o Estado costuma estar a serviço dos interesses privados de uma minoria da população e os serviços públicos são relegados a último plano.

Quanto mais acentuadas as diferenças sociais, maior a concentração de renda, maiores

- **taxa de mortalidade infantil:** é a taxa de mortalidade entre crianças entre 0 e 1 ano de vida.

Considera-se somente para cálculo da mortalidade infantil, o indivíduo com idade até um ano, pois nesse período o sistema imunológico da criança ainda está completando sua formação, estando a criança mais suscetível a doenças.

Nessa fase da vida humana é essencial alimentação saudável e ambiente com boas condições de higiene.

Países com altas taxas de mortalidade infantil revelam precárias situações de saneamento básico e má distribuição de renda. (MORAES, Paulo Roberto. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2003, p. 313.).

País	Mortalidade infantil (por mil habitantes)
Serra Leoa	270
Guiné-Bissau	220
Ruanda	210
Afeganistão	210
Malauí	200
Uganda/Libéria/Angola	190
Zâmbia/Níger/Moçambique/Guiné/Burkina Fasso	180
Somália/Rep. Centro Africana/GuinéEquatorial/Etiópia/Chade/Burundi	170
Mali	160
Ucrânia	150
Congo	150
Congo/Togo/Djibuti	150
Bulgária	140
Butão	140
Rep. Democrática do Congo (ex Zaire)	140
Gabão	140

FONTE: Adaptado de FNUAP, 2002.

- **taxa de fecundidade:** estimativa do número de filhos por mulher no período reprodutivo. Considera-se o número de filhos nascidos vivos de mulheres entre 15 a 49 anos. Nos países ricos a média está em torno de 1,7 filho por mulher, já nos pobres chega a mais de 5 filhos por mulher.

- **crescimento populacional:** é decorrência do *crescimento natural*, que é medido por uma taxa conhecida como **crescimento vegetativo**. Corresponde a diferença entre a *taxa de natalidade* e a *taxa de mortalidade* ocorrida durante um ano.

Cabe lembrar que para se analisar a taxa de crescimento populacional de um país deve-se levar em conta a **taxa de migração**, representada pela diferença entre as pessoas que deixam o país (*emigrantes*) e as que entram no país com intuito de se estabelecer (*imigrantes*).

CV= natalidade - mortalidade

taxa de natalidade = 30 % -
taxa de mortalidade = 10%
crescimento vegetativo = 20% (ou 2,0%)

(COELHO, Marcos Amorim; TERRA, Lygia. **Geografia Geral:** O espaço natural e socioeconômico. São Paulo: Moderna, 2001, p. 253 - 255.).

1.2 TEORIAS DEMOGRÁFICAS

TEORIA DE MALTHUS

No final do século XVIII, com a Revolução Industrial, houve forte migração do campo para a cidade em parte da Europa. Embora mais precárias, as condições de higiene e saneamento das zonas urbanas eram melhores do que as encontradas no campo, provocando uma queda nas taxas de mortalidade.

Com esta redução houve um incremento da natalidade, fazendo com que algumas pessoas se dedicassem ao estudo da população. Entre elas destacou-se o trabalho do economista e pastor da igreja anglicana Thomas Robert Malthus, que publicou em 1798 uma obra conhecida como *Um Ensaio sobre o Princípio da População*, onde ele expôs uma teoria demográfica que se baseava nas seguintes premissas:

1 caso não seja detida por obstáculos (guerras, epidemias etc.), a população tende a crescer segundo uma progressão geométrica, duplicando a cada 25 anos (por ex.: 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512...);

2 os meios de subsistência, na melhor das hipóteses, só podem aumentar segundo uma progressão aritmética (por ex.: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18...).

Para evitar o caos previsto, Malthus sugeria a erradicação da fome e da pobreza. Para isso propunha o controle da natalidade e outras medidas como casamentos tardios,

número de filhos compatível com os recursos do país etc. A teoria de Malthus é chamada de *antinatalista* e conservadora.

Decorridos quase dois séculos, a teoria de Malthus continua suscitando debates. Entretanto o tempo pôde demonstrar que ela carecia de uma sólida fundamentação científica. De forma resumida, seus principais pontos de crítica são:

- O crescimento geométrico da população previsto por Malthus não ocorreu. A produção mundial de alimentos ultrapassou os 3% e a média do crescimento populacional anual, nos últimos vinte anos, ficou e torno de 2%.

<i>Ano</i>	<i>População Mundial</i>
1800	1 bilhão
1925	2 bilhões
1958	3 bilhões
1974	4 bilhões
1987	5 bilhões
1999	6 bilhões
2002	6,2 bilhões

Tabela 1 (MORAES, Paulo Roberto. *Geografia Geral e do Brasil*. São Paulo: Harbra, 2003, p. 316.).

- A Europa e as demais áreas desenvolvidas do mundo mostraram que o desenvolvimento econômico, reformas de bem estar social são a fórmula para deter o crescimento populacional.
- A emancipação progressiva da mulher (certamente não prevista por Malthus) tem sido decisiva no controle da fertilidade (a mulher passou a decidir o número de filhos que quer ter).
- A maior parte das terras agrícolas dos países subdesenvolvidos (grandes propriedades rurais) é utilizada para agriculturas de exportação, nem sempre atendendo às necessidades alimentares da população local.

- O desenvolvimento científico e tecnológico ocorrido no campo da agropecuária e da genética tornou possível produzir alimentos suficientes para suprir as necessidades de toda a humanidade.

Parece evidente, portanto, que não se pode responsabilizar apenas o crescimento populacional pela situação de miséria e de fome em que se encontram muitos países. As causas da fome são, na realidade, políticas e econômicas. O elevado crescimento demográfico no Brasil até a década de 1960 foi um fator que contribuiu para o seu desenvolvimento econômico. Entretanto, a acentuada redução da natalidade e do crescimento vegetativo ocorrida a partir da década de 1970 não resultou em correspondente melhoria na distribuição de renda e no padrão de vida da maioria da população. (COELHO, Marcos Amorim; TERRA, Lygia. Geografia Geral: O espaço natural e socioeconômico. São Paulo: Moderna, 2001, p. 253 - 255.).

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

Segundo alguns demógrafos, o grande crescimento demográfico de uma região ocorre num período conhecido como **transição demográfica**. Contrariando as previsões catastróficas de Malthus, o enorme contingente populacional não enfrentou o quadro de penúria e fome traçado por ele. Na verdade, o consumo de itens básicos com alimentação, como carne e açúcar, cresceram quatro vezes, respectivamente. Malthus não considerou a tecnologia e o aumento de produção que ela pôde causar. (Adaptado de MORAES, Paulo Roberto. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Harbra, 2003, p. 313.).

A **transição demográfica** nada mais é que uma teoria onde se identificou um período que apresenta um elevado crescimento vegetativo, situado entre dois estágios de crescimento demográfico pequeno. No período que antecede a transição demográfica, tanto a natalidade quanto a mortalidade apresentam-se em patamares elevados, determinando uma taxa de crescimento vegetativo baixa; no período posterior à transição, as taxas de natalidade e mortalidade apresentam-se baixas, determinando também uma baixa taxa de crescimento populacional.

Primeira fase

Dos primórdios da humanidade até o final do século XVIII, aproximadamente, embora a natalidade tenha sido elevada, a taxa de mortalidade também era bastante elevada o que explica o baixo índice de crescimento demográfico desse período.

A **expectativa de vida** ou **esperança de vida** (duração média, em anos, da vida humana) era baixa. Acredita-se que na Grécia e na Roma antigas a média de vida era de apenas 25 anos. A elevada mortalidade era decorrência principalmente das precárias condições higienico-sanitárias, das epidemias, das guerras, da fome etc.

Os países desenvolvidos superaram essa fase antes que os subdesenvolvidos.

Segunda fase

A segunda fase se caracteriza por elevadas taxas de natalidade e baixas taxas de mortalidade, nesta fase ocorre grande crescimento da população. Atualmente a maioria dos países subdesenvolvidos encontra-se nessa fase.

Os países industrializados da Europa ocidental, os chamados “desenvolvidos”, foram os primeiros a atingir essa fase, principalmente durante o século XIX, ao passo que nos países “desenvolvidos novos” (Estados Unidos, Canadá, Rússia, Japão) ela ocorreu na primeira metade do século XX e, nos países subdesenvolvidos, a partir da segunda metade do século XX.

Na Europa ocidental, o sucesso da Revolução Industrial contribuiu para a melhora das condições higiênico-sanitárias, médico-hospitalares e alimentares e no combate às epidemias, reduzindo a mortalidade de forma gradativa. Entretanto, a natalidade permaneceu elevada durante quase todo o século XIX, o que explica o grande crescimento populacional da Europa nesse período. Em 1900 a Europa era o segundo continente mais populoso do mundo (em primeiro lugar estava a Ásia) e no ano de 2000 já era o penúltimo em população.

Os países menos desenvolvidos, os mais pobres da África (região do Sahel), da Ásia (sudeste e leste), da América Latina e da Oceania, ainda estão na segunda fase, apresentando grande crescimento populacional, pois a melhoria das suas condições de

vida só ocorreu após a Segunda Guerra Mundial (segunda metade do século XX), período em que o mundo assistiu a mais espetacular explosão demográfica de todos os tempos.

É importante observar que em ambos os casos (nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos) o crescimento demográfico resultou fundamentalmente da redução da mortalidade. Entretanto, a principal diferença entre eles é que nos países subdesenvolvidos a diminuição da mortalidade foi muito grande e bastante rápida, ao passo que nos desenvolvidos ela ocorreu de forma gradativa e num espaço de tempo muito maior. A natalidade nos países desenvolvidos, por sua vez, já havia sofrido grande redução durante a primeira metade do século XX, sendo que ainda hoje ela continua elevada na maioria dos países subdesenvolvidos.

Quanto a expectativa de vida, ela é mais alta nos países desenvolvidos que nos subdesenvolvidos, pois estes últimos apresentam maiores taxas de mortalidade e grandes contrastes sociais.

Embora vários países subdesenvolvidos tenham reduzido sua **taxa de fecundidade**, em muitos deles ela chega a médias superiores a 7 filhos por mulher. As **taxas de mortalidade** infantil ainda são muito elevadas nos países mais pobres, refletindo condições deficientes de alimentação, saneamento básico, atendimento médico-hospitalar etc.

Terceira fase

Nessa fase, caracterizada pela ocorrência de baixas taxas de natalidade e de mortalidade, resultado do baixíssimo crescimento e até mesmo estagnação do crescimento populacional, a transição demográfica encontra-se concluída. Atualmente estão nessa fase os países desenvolvidos, a maior parte deles com taxas de crescimento muito baixas (geralmente inferiores a 1%), nulas e até negativas.

Nos países desenvolvidos tem ocorrido uma transformação na estrutura familiar. A taxa de fecundidade é baixa, permanecendo em torno de 1,5 filhos por mulher. Muitos países apresentam taxas inferiores a 2,1 filhos por mulher, mantendo assim estabilizado o tamanho de sua população. Diversos fatores, como a urbanização (exigências da vida urbana), o aumento da escolarização (que pode levar a maior acesso de métodos de

planejamento familiar) e a incorporação das mulheres no mercado de trabalho (acúmulo de trabalho dentro e fora do lar), contribuem para que as mulheres tenham menos filhos.

O Brasil está entrando no terceiro período de transição demográfica, apresentando taxas de natalidade e de mortalidade de 20% e 7%, respectivamente, o que resulta numa taxa de crescimento médio de 1,3%.

NEOMALTHUSIANOS

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o avanço das condições médico-sanitárias a população mundial conheceu um aumento rápido e intenso. Havia, a disposição da populações, mais remédios, vacinas, hospitais, saneamento, educação, etc.

Nesse período o boom do crescimento populacional fez com que, novamente, houvesse uma preocupação com a questão demográfica. Nesse período resgatou-se a teoria de Malthus, porém com uma nova “roupagem”, em alguns aspectos, reformulada.

Segundo essa visão demográfica, a pobreza, a fome e a miséria ocorriam devido à uma população cada vez mais numerosa. A solução para os problemas sociais (assim como na teoria de Malthus) seria o controle populacional. Para os neomalthusianos os gastos com população que o Estado tem impedem o crescimento econômico do país. Sendo assim, desse modo, a melhora na situação social, se não fossem tomadas providências, nunca ocorreria e os países pobres estariam condenados perpetuamente a viver nessa condição.

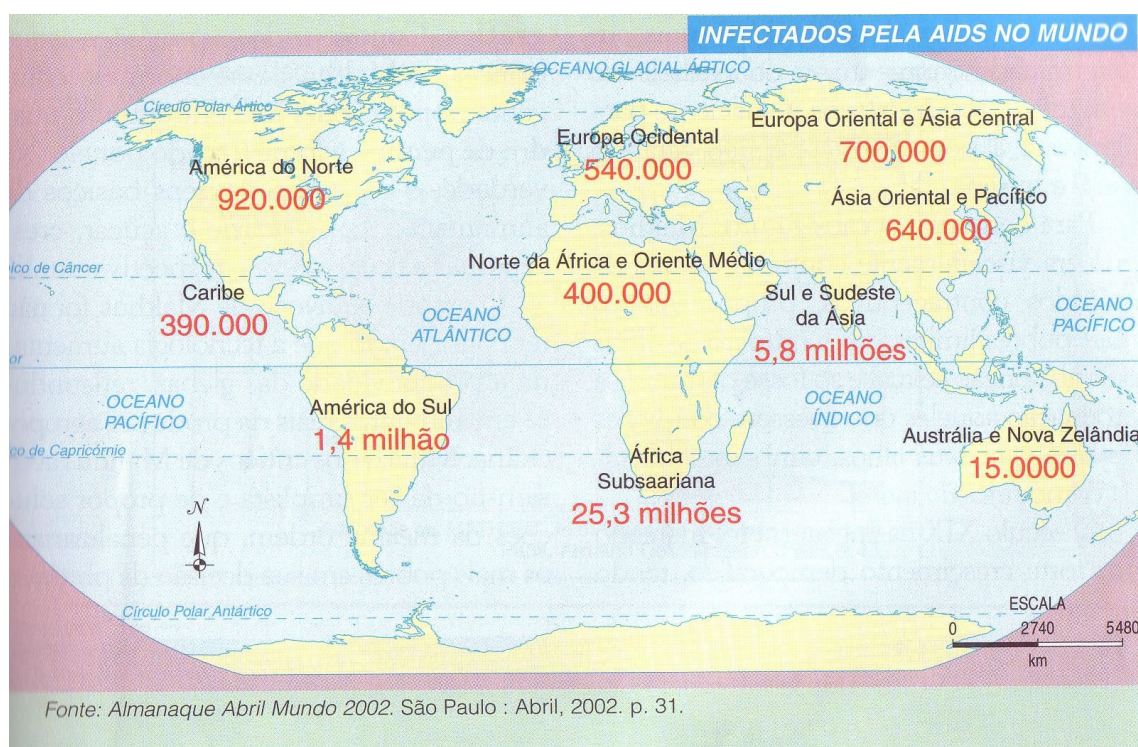
Em muitos países pobres, graças à visão neomalthusiana, foram criados programas rigorosos de controle populacional: distribuição de anticoncepcionais e esterilização em massa foram as formas encontradas. Em países como a China existiam leis que proibiam mais de um filhos por família, com pesados multas/impostos para os casais que excedessem o limite. (Adaptado de MORAES, Paulo Roberto. **Geografia Geral e do Brasil**. São Paulo: Harbra, 2003, p. 325.).

TEORIA REFORMISTA OU ANTIMALTHUSIANA

Contraopondo-se à visão neomalthusiana, surgiu a teoria reformista que propõe exatamente o inverso: os países pobres por serem pobres, contam com uma elevada população jovem. Os chamados reformistas defendem teorias demográficas marxistas. Assim, para eles, a dinâmica demográfica dos países pobres deveria ser entendida dentro

da complexidade das estruturas e relações socioeconômicas que marcam essas sociedades. Os enormes contingentes da população de excluídos, alijados do mercado de trabalho qualificado e com menor remuneração, pela falta de acesso a programas mínimos de educação e saúde, só diminuirão o ritmo de crescimento populacional no momento em que tiverem melhor qualidade de vida, o que se dará quando houver elevação no nível de vida.

Para os antimalthusianos a própria miséria é a responsável pelo acelerado crescimento populacional. Na realidade os países não se tornam desenvolvidos devido à redução de suas taxas de natalidade. Existem países cujos desenvolvimentos econômicos e sociais é que foram os responsáveis pela redução espontânea das natalidades.



OS ECOMALTHUSIANOS

Recentemente cresce uma vertente neomalthusiana com caráter ecológico, conhecida como **ecomalthusiana**. Segundo os seguidores dessa teoria, o crescimento demográfico acelerado pressiona a retirada de recursos naturais das áreas onde há maior biodiversidade no planeta, a zona intertropical - onde se situa a maioria dos países pobres -, causando danos sérios ao ambiente, alguns de forma irreversível. Assim, controlar o crescimento populacional é uma forma de prevenir a natureza. É preciso muito cuidado com esse tipo de colocação, porque, em última instância, acusa-se a pobreza como dador gerador da degradação ambiental, num *determinismo* difícil de ser rompido, a não ser por populações como estas, ou seja, limitando-se a natalidade.

1. 3 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

As migrações costumam ser classificadas quanto ao espaço de deslocamento e quanto ao tempo de duração.

1. 3. 1 MIGRAÇÕES DEFINITIVA

Quando o migrante se estabelece de forma permanente no local de destino, como é o caso, no Brasil, dos imigrantes italianos, alemães, japoneses, e das emigrações de nordestinos para o resto do país.

1. 3. 2 MIGRAÇÕES TEMPORÁRIAS

Podem ser **diárias** quando um trabalhador se desloca de um lugar para outro para trabalhar; realizadas **com fins de lazer**, como no caso do turismo; **por motivos religiosos**, como as peregrinações, nas quais milhares de pessoas se deslocam com o objetivo de visitar lugares sagrados como Meca (muçulmanos) e Jerusalém (católicos, judeus e muçulmanos); **sazonais** (dependem das estações do ano), como por exemplo a dos *bóias-frias*, que em épocas de colheitas se deslocam para locais onde há trabalho; e

Migrante: É o termo geral para designar pessoas que entram ou saem de seus lugares de origem.
Imigrante: É quando um migrante/estrangeiro **entra** num país.
Emigrante: É quando um migrante/cidadão **sai** de seu país de origem.

por tempo indeterminado, ou seja, sem tempo certo para voltar, como no caso de muitos imigrantes que permanecem algum tempo no exterior e acabam voltando a seu país.

Em relação ao espaço de deslocamento as migrações podem ser classificadas em *migrações internas ou nacionais*, quando ocorrem dentro de um mesmo país. E migrações *externas ou internacionais*, quando implica a travessia de uma ou mais fronteiras internacionais.

1. 3. 3 MIGRAÇÕES INTERNAS

Quando realizadas dentro de uma mesma região do país, as migrações internas são chamadas *intra-regionais*; quando feitas de uma região para outra, num mesmo país, são chamadas *inter-regionais*.

- **Êxodo rural:** É um dos fenômenos migratórios mais comuns. Constitui-se no movimento de pessoas do campo em direção às cidades. É motivado pela decadência do trabalho para os moradores das cidades interioranas. A mecanização do campo, e o constante crescimento do setor terciário expulsa e atrai, respectivamente as populações rurais.
- **Nomadismo:** Recentemente tem se chamado de *nomadismo* alguns tipos de movimentos migratórios. Mas, também, o termo pode ser usado para indicar os povos, tribos e etnias que não possuem residência fixa, migrando sempre em busca de alimentação, pastagens, assim como fugindo de guerras e perseguições.
- **Movimento pendular ou migrações diárias:** É um tipo muito comum de migração. Trata-se do movimento diário que é feito por trabalhadores que saem de sua cidade para trabalhar em outra, voltando apenas na parte da noite.

Cidades dormitório:

“Cidades-dormitório” é o nome dado às cidades onde residem os migrantes diários (que executam o “movimento pendular”). Esses trabalhadores só voltam para dormir (à noite). Na região metropolitana de Porto Alegre, num passado recente, a cidade de Canoas foi um bom exemplo de cidade-dormitório. Porém, recentemente, Canoas foge desta classificação, pois oferece às sua população condições de trabalho no próprio município.

1. 3. 4 MIGRAÇÕES EXTERNAS

O desenvolvimento capitalista acelerou os movimentos migratórios. Com a colonização dos séculos XVI e XVII, ocorreram *migrações espontâneas* de povoamento (resultado da política de expansão do imperialista e da partilha dos impérios coloniais) e *migrações forçadas*, como foi o caso do comércio e contrabando de escravos africanos, atividades que transferiram milhares de pessoas de seu continente de origem para outros.

A partir do século XVIII, em especial durante o século XIX e na primeira metade do século XX, o mundo conheceu um movimento migratório de grandes proporções. Nesse período, cerca de 60 milhões de europeus migraram para todas as partes do mundo, sobretudo para a América Latina e para a Oceania. Milhões de asiáticos (chineses para os EUA, indianos para as Guianas, japoneses para o Brasil) e outros continentes. Podemos dizer, então, que durante muito tempo a Ásia e a Europa desempenharam um papel tipicamente migratório ou de repulsão populacional, ao passo que a América e a Oceania foram imigratórios ou de atração. (Adaptado de COELHO, Marcos Amorim; TERRA, Lygia. **Geografia Geral: O espaço natural e socioeconômico**. São Paulo: Moderna, 2001, p. 253 - 255.).



1. 3. 5 DESTERRITORIALIZAÇÃO

O caso de populações inteiras expulsas de seus territórios, o que ocorre em geral em países da Ásia e da África, constitui o processo de *desterritorialização*. Esses povos *sem-território*, minorias oprimidas, dispersos em outros países, procuram um lugar para chamar de **pátria**., palavra que significa o lugar de nascimento e com o qual as pessoas se identificam. Desenraizados, muitas vezes acuados, privados de seus direitos de cidadania, esses refugiados vivem em condições precárias. (COELHO, Marcos Amorim; TERRA, Lygia. **Geografia Geral: O espaço natural e socioeconômico**. São Paulo: Moderna, 2001, p. 278.).

“Em Ruanda, refugiados tutsi (etnia excluída do poder pela revolução de 1959-62, em benefício da minoria hutu) invadiram o país pela fronteira ugandense [...]

[...] Espalhados pelo continente, recebidos bem ou mal em campos de refugiados e expostos à humilhações, eles constituem uma humanidade à deriva, animadas de esperanças constantemente frustradas.

Categoria social de contornos jurídicos mal definidos, eles estão em todos os lugares e em lugar nenhum”. (Folha de São Paulo, 19 de jul. 1991. Especial Planeta em movimento 2, p. 20.).

1. 3. 6 DIÁSPORA

“Originalmente o termo [diáspora] referia-se a dispersão dos judeus e aos lugares onde se fixaram [...]

As características que distinguem as diásporas de outras comunidades minoritárias são as seguintes:

1. Os membros da diáspora, ou seus antepassados, dispersaram-se pelo mundo partindo de um ‘centro’;
2. Mantêm uma lembrança coletiva ou o mito da terra natal, seu lugar geográfico, suas façanhas;
3. Acreditam que não são totalmente aceitos pela sociedade que os recebe e sentem-se marginalizados e ilhados por essa sociedade;
4. Consideram sua terra de origem como o local pra onde seus descendentes poderiam voltar um dia.” (Folha de São Paulo. 20 jul. 1991 . Especial Planeta em movimento 3, p. 17.)